

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.764 - SC (2019/0130738-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : CARLOS ROBERTO SANTANA SILVA
ADVOGADO : PAULO CÉSAR FERREIRA DA SILVA - SP145441
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N.º 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CARLOS ROBERTO SANTANA SILVA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 0008292-94.2004.8.24.0064.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Agravante às penas de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime semiaberto, bem como ao pagamento de 14 (catorze) dias-multa, como incurso no art. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual a Corte de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 369):

"APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES (CÓDIGO PENAL, ART. 157, § 2º, I E II). SENTENÇA CONDENATÓRIA. INSURGIMENTO DA DEFESA. PRELIMINAR. NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. OFICIAL DE JUSTIÇA QUE PROCUROU O DENUNCIADO EM ENDEREÇO DIVERSO. IMPERTINÊNCIA. RUA INDICADA PELO RÉU NÃO ENCONTRADA NO BAIRRO APONTADO. SERVIDOR PÚBLICO QUE AINDA TENTOU LOCALIZAR O AGENTE EM BAIRRO DISTINTO, ONDE SABIA HAVER VIA COM O NOME DECLINADO. DILIGÊNCIA INFRUTÍFERA. POSTERIOR CITAÇÃO PESSOAL E CONSTITUIÇÃO DE DEFENSOR QUE NÃO APONTOU MÁCULA ALGUMA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE EM QUE SE MANIFESTOU NO

PROCESSO. EVENTUAL VICIO SANADO E PREJUÍZO INEXISTENTE.

MÉRITO. PRETENSE ABSOLVIÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. DESCABIMENTO. INDIVÍDUO QUE, EM CONLUÍO COM TERCEIRO, UTILIZANDO ARMA DE FOGO, ANUNCIOU UM ASSALTO E SUBTRAIU DINHEIRO DA VÍTIMA QUE RECÉM HAVIA SACADO EM AGÊNCIA BANCÁRIA. OFENDIDO E ESPOSA QUE VIRAM O ROSTO DO INFRATOR E DESCREVERAM SUAS CARACTERÍSTICAS. POSTERIOR RECONHECIMENTO.

DOSIMETRIA DA PENA. ESCORREITA APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. REFORMA INVIÁVEL.

PRONUNCIAMENTO CONSERVADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Foram conhecidos e rejeitados os embargos de declaração opostos pela Defesa.

Nas razões do recurso especial, alega, em síntese, a violação dos arts. 361, 366, 386, incisos II e IV e 564, do Código de Processo Penal, alegando a nulidade da citação por edital e cerceamento de defesa, pois o Agravante não foi citado pessoalmente no endereço indicado nos autos do inquérito policial.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 459/468). Inadmitido o recurso de origem (fls. 477/481), adveio o presente agravo (fls. 499/516).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório. Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, prossegue-se à análise do recurso especial.

Alega o Agravante, em suma, a nulidade da citação editalícia, porquanto não teria sido procurado no endereço indicado nos autos do inquérito policial.

O acórdão impugnado reconheceu a validade da citação do Acusado nos seguintes termos (fls. 372/374):

"Para embasar seu reclamo, sustenta que, quando compareceu na delegacia de polícia o demandado apresentou como endereço de sua residência a Rua Carlos Barbosa, n. 67, bairro Jardim Bandeirantes - Guaianazes, São Paulo/SP, para o qual foi expedido o correspondente mandado de citação, entretanto o oficial de justiça encarregado da diligência procurou-o em local diverso, qual seja: Rua Carlos Barbosa, n. 67, Vila Silvia, São Paulo/SP.

Tal postulação não prospera.

Superior Tribunal de Justiça

Isso porque, ao se examinar a informação à fls. 87, verifica-se que o respectivo servidor público efetivamente foi até o bairro indicado inicialmente pelo o insurgente, contudo não encontrou a rua apontada. Outrossim, ainda no intuito de localizar sua moradia, lembrou-se da existência de via com nome similar em outro distrito, para onde se dirigiu, não logrando êxito na nova averiguação.

Certificou sua atuação no seguinte sentido:

[...]

Ocorre, todavia, que o apelante não comprovou que a assertiva do funcionário da justiça, revestida da presunção de legitimidade e veracidade própria dos atos administrativos, era incorreta e falsa.

A única informação sobre a possibilidade de haver a rua no bairro anunciado e o réu nela residir, naquela época, é o contrato de aluguel de carros e correspondente fatura a fls. 127-128. No entanto, este registro não passa de simples declaração prestada pelo interessado, não servindo de comprovação para este desiderato.

Importa destacar, neste ponto, que não é de conhecimento notório as denominações das ruas existentes no país, sobretudo diante da extensão territorial brasileira. Ademais, considerando que a diligência deu-se em Estado da Federação diferente de onde o processo tramitou, difícil que os membros do judiciário deste ente pudessem por simples alegações confirmar a autenticidade de manifestação da vontade da Administração Pública.

Assim, deveria o postulante comprovar sua alegação, pois, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal, 'a prova da alegação incumbirá a quem a fizer [...]'.

Portanto, 'não constitui nulidade a citação editalícia do agente se houve esgotamento dos meios viáveis para localizá-lo' (TJSC, Apelação Criminal o n. 0008295-16.2006.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Carlos Alberto Civinski, j. 18-5-2017).

Não bastasse, posteriormente o acusado foi encontrado, citado e compareceu por meio de defensor constituído. Na primeira oportunidade em que se manifestou, nada de prejuízo alegou acerca de possível falha (fls. 111-116).

Sobre o assunto, simplesmente aventou, de forma superficial:

[...]

Assim, 'nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa' (CPP, art. 563)."

Verifica-se que não foi infirmado, nas razões do apelo nobre, o fundamento do aresto atacado, segundo o qual, após ter sido encontrado, citado e ter comparecido com defensor constituído, na primeira oportunidade em que se manifestou, nenhum prejuízo foi alegado pelo Acusado.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não comporta conhecimento a presente súplica, ante o disposto no Enunciado n.º 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Ilustrativamente:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.

3. Agravo regimental improvido." (AgInt no AREsp 1.208.397/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 15/05/2018.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora